

PARECER JURÍDICO - 051/2026

Recebido 03/02/26
às 15:23 R.
Rafaela Soares

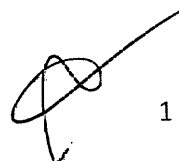
I - RELATÓRIO

Trata-se de pedido de parecer jurídico formulado pelo Setor de Licitação/SEFAZ, através do **Memorando nº 1013/2025**, referente a solicitação de um parecer para o pedido de abertura de Processo Licitatório, em cumprimento ao artigo 53 da Lei 14.133/2021, em relação ao **Processo Licitatório nº 203/2025**, na modalidade **Pregão Eletrônico nº 094/2025**, através do **Sistema de Registro de Preços nº 091/2025**, no tipo menor preço **por item**, com objeto de Registrar preços para futura e eventual contratação de empresa especializada em fornecimento de eletrodomésticos e equipamentos de refrigeração, em atendimento às diversas secretarias da Prefeitura Municipal de Cataguases-MG.

O valor estimado para contratação é de R\$ 3.386.828,98, pelo período de 12 (doze) meses para atender às demandas das Secretarias e Setores da Prefeitura de Cataguases, sendo os órgãos participantes do processo licitatório:

- Secretaria de Educação - responsável pela elaboração do ETP, TR e cotação de preço;
- Secretaria de Desenvolvimento Econômico e Gestão Institucional;
- Secretaria de Fazenda;
- Gabinete do Prefeito;
- Secretaria de Agricultura e Meio Ambiente;
- CATRANS;
- Secretaria de Desenvolvimento Social;
- Secretaria de Administração;
- Secretaria de Obras

Passo a opinar.

2 - FUNDAMENTAÇÃO JURÍDICA
1



A função deste parecer encontra respaldo no art. 53 da Lei nº 14.133/2021, que prevê o controle prévio de legalidade mediante análise jurídica do processo licitatório em sua fase inicial, ou seja, na fase preparatória, anterior à publicação do edital. Na elaboração do parecer jurídico, o órgão de assessoramento jurídico da Administração deverá apreciar o processo licitatório conforme critérios objetivos prévios de atribuição de prioridade; redigir sua manifestação em linguagem simples e compreensível e de forma clara e objetiva, com apreciação de todos os elementos indispensáveis à contratação e com exposição dos pressupostos de fato e de direito levados em consideração na análise jurídica.

A fase preparatória do processo licitatório envolve, basicamente, 11 (onze) elementos principais. Nos termos do art. 18 da Lei nº 14.133/2021, a fase preparatória do processo licitatório é caracterizada pelo planejamento e deve compatibilizar-se com o plano de contratações anual, previsto no inciso VII do caput do art. 12 da referida Lei, sempre que elaborado, bem como com as leis orçamentárias. Além disso, deve contemplar todas as considerações técnicas, mercadológicas e de gestão que possam interferir na contratação.

O artigo 18 e incisos da Lei nº 14.133/2021 estabelece todos os elementos que devem ser compreendidos nos autos do processo de contratação pública, senão vejamos:

Art. 18. A fase preparatória do processo licitatório é caracterizada pelo planejamento e deve compatibilizar-se com o plano de contratações anual de que trata o inciso VII do caput do art. 12 desta Lei, sempre que elaborado, e com as leis orçamentárias, bem como abordar todas as considerações técnicas, mercadológicas e de gestão que podem interferir na contratação, compreendidos:

I - a descrição da necessidade da contratação fundamentada em estudo técnico preliminar que caracterize o interesse público envolvido;

II - a definição do objeto para o atendimento da necessidade, por meio de termo de referência, anteprojeto, projeto básico ou projeto executivo, conforme o caso;

III- a definição das condições de execução e pagamento, das garantias exigidas e ofertadas e das condições de recebimento;

IV - o orçamento estimado, com as composições dos preços utilizados para sua formação;

V - a elaboração do edital de licitação;

VI - a elaboração de minuta de contrato, quando necessária, que constará obrigatoriamente como anexo do edital de licitação;

VII - o regime de fornecimento de bens, de prestação de serviços ou de execução de obras e serviços de engenharia, observados os potenciais de economia de escala;

VIII - a modalidade de licitação, o critério de julgamento, o modo de disputa e a adequação e eficiência da forma de combinação desses parâmetros, para os fins de seleção da proposta apta a gerar o resultado de contratação mais vantajoso para a Administração Pública, considerado todo o ciclo de vida do objeto;

IX - a motivação circunstanciada das condições do edital, tais como justificativa de exigências de qualificação técnica, mediante indicação das parcelas de maior relevância técnica ou valor significativo do objeto, e de qualificação econômico-financeira, justificativa dos critérios de pontuação e julgamento das propostas técnicas, nas licitações com julgamento por melhor técnica ou técnica e preço, e justificativa das regras pertinentes à participação de empresas em consórcio;

X - a análise dos riscos que possam comprometer o sucesso da licitação e a boa execução contratual;

XI - a motivação sobre o momento da divulgação do orçamento da licitação, observado o art. 24 desta Lei;

Nos termos do art. 18 da Lei nº 14.133/2021, especialmente de seu §1º, o Estudo Técnico Preliminar deve evidenciar, de forma clara e fundamentada, o problema a ser solucionado pela Administração e a alternativa mais adequada para sua superação, de modo a permitir a avaliação da viabilidade técnica e econômica da contratação, devendo conter:

I - **descrição da necessidade** da contratação, considerado o problema a ser resolvido sob a perspectiva do interesse público;

II - **demonstração da previsão** da contratação no plano de contratações anual, sempre que elaborado, de modo a indicar o seu alinhamento com o planejamento da Administração;

III - **requisitos da contratação**;

IV - **estimativas das quantidades** para a contratação, acompanhadas das memórias de cálculo e dos documentos que lhes dão suporte, que considerem interdependências com outras contratações, de modo a possibilitar economia de escala;

V - **levantamento de mercado**, que consiste na análise das alternativas possíveis, e justificativa técnica e econômica da escolha do tipo de solução a contratar;

VI - **estimativa do valor da contratação**, acompanhada dos preços unitários referenciais, das memórias de cálculo e dos documentos que lhe dão suporte, que poderão constar de anexo classificado, se a Administração optar por preservar o seu sigilo até a conclusão da licitação;

VII - **descrição da solução como um todo**, inclusive das exigências relacionadas à manutenção e à assistência técnica, quando for o caso;

VIII - **justificativas para o parcelamento ou não da contratação**;

IX - **demonstrativo dos resultados pretendidos** em termos de economicidade e de melhor aproveitamento dos recursos humanos, materiais e financeiros disponíveis;

X - **providências a serem adotadas** pela Administração previamente à celebração do contrato, inclusive quanto à capacitação de servidores ou de empregados para fiscalização e gestão contratual;

XI - **contratações correlatas e/ou interdependentes**;

XII - **descrição de possíveis impactos ambientais** e respectivas medidas mitigadoras, incluídos requisitos de baixo consumo de energia e de outros recursos, bem como logística reversa para desfazimento e reciclagem de bens e refugos, quando aplicável;

XIII - posicionamento conclusivo sobre a adequação da contratação para o atendimento da necessidade a que se destina.

§ 2º O estudo técnico preliminar deverá conter ao menos os elementos previstos nos incisos I, IV, VI, VIII e XIII do § 1º deste artigo e, quando não contemplar os demais elementos previstos no referido parágrafo, apresentar as devidas justificativas.

Assim sendo, o **estudo técnico preliminar** apresenta nos autos os seguintes elementos: Descrição da necessidade, previsão do plano de contratação anual, requisitos da contratação, estimativas das quantidades a serem contratadas, estimativas do valor da contratação, levantamento de mercado, descrição da solução como um todo, justificativa para o parcelamento ou não da contratação, demonstrativo dos resultados pretendidos, providências a serem adotadas pela Administração previamente à celebração do contrato, contratações correlatas e/ou interdependentes, impactos ambientais, viabilidade da contratação. Ressalta-se, contudo, que o posicionamento conclusivo acerca da adequação da contratação para o atendimento da necessidade a que se destina não consta de forma explícita no referido ETP.

Seguindo a análise, verifica-se que o termo de referência encaminhado pelo setor de licitação elaborado a partir do estudo técnico preliminar, contém os seguintes itens: definição do objeto, justificativa, prazo de entrega e condições de execução, condições de pagamento, dotação orçamentária, obrigações da Contratante e da Contratada, fiscalização, extinção do contrato e sanções aplicáveis, contendo, por conseguinte, todos os elementos exigidos pelo inciso XXIII do artigo 6º da Lei nº 14.133/2021, que assim determina:





Art. 6º. Para os fins desta Lei, consideram-se:

XXIII - termo de referência: documento necessário para a contratação de bens e serviços, que deve conter os seguintes parâmetros e elementos descritivos:

- a) definição do objeto, incluídos sua natureza, os quantitativos, o prazo do contrato e, se for o caso, a possibilidade de sua prorrogação;
- b) fundamentação da contratação, que consiste na referência aos estudos técnicos preliminares correspondentes ou, quando não for possível divulgar esses estudos, no extrato das partes que não contiverem informações sigilosas;
- c) descrição da solução como um todo, considerado todo o ciclo de vida do objeto;
- d) requisitos da contratação;
- e) modelo de execução do objeto, que consiste na definição de como o contrato deverá produzir os resultados pretendidos desde o seu início até o seu encerramento;
- f) modelo de gestão do contrato, que descreve como a execução do objeto será acompanhada e fiscalizada pelo órgão ou entidade;
- g) critérios de medição e de pagamento;
- h) forma e critérios de seleção do fornecedor;
- i) estimativas do valor da contratação, acompanhadas dos preços unitários referenciais, das memórias de cálculo e dos documentos que lhe dão suporte, com os parâmetros utilizados para a obtenção dos preços e para os respectivos cálculos, que devem constar de documento separado e classificado;
- j) adequação orçamentária.

2.1) Da Minuta do Edital:

O art. 25 da Lei nº 14.133/2021 estabelece o conteúdo mínimo obrigatório do edital, determinando que o instrumento convocatório deve conter, de forma clara e suficiente, o objeto da licitação e as regras relativas à convocação, ao julgamento, à habilitação, aos recursos, às penalidades, à fiscalização e à gestão do contrato, à entrega do objeto e às condições de pagamento.

Da análise da minuta do Edital do Processo Licitatório nº 203/2025, verifica-se que o instrumento convocatório **atende, de modo geral, às exigências do referido dispositivo legal**, uma vez que descreve de forma precisa o objeto da contratação, delimita o critério de



julgamento adotado, disciplina os requisitos de habilitação, estabelece o procedimento recursal, define as sanções administrativas aplicáveis e prevê as regras de fiscalização, gestão contratual, entrega do objeto e pagamento.

2.2) sistema de Registro de Preços

O Sistema de Registro de Preços adotado no Processo Licitatório nº 203/2025 encontra respaldo nos arts. 82 e 83 da Lei nº 14.133/2021, sendo instrumento adequado para contratações futuras e eventuais, especialmente diante de natureza continuada, variável e imprevisível da contratação de empresa especializada em fornecimento de eletrodomésticos e equipamentos de refrigeração, em atendimento às diversas secretarias da Prefeitura.

A minuta da Ata de Registro de Preços vinculada ao Pregão Eletrônico nº 094/2025, constata-se que o instrumento encontra-se em conformidade com os arts. 82 e 83 da Lei nº 14.133/2021. A minuta observa corretamente a natureza jurídica do Sistema de Registro de Preços, deixando expresso que a existência da ata não obriga a Administração à contratação, ao mesmo tempo em que impõe compromisso de fornecimento ao fornecedor registrado, se convocado.

O edital do Pregão Eletrônico nº 094/2025, adotado pelo Sistema de Registro de Preços, encontra-se, em linhas gerais, em conformidade com os arts. 82 e 83 da Lei nº 14.133/2021. O objeto da licitação está devidamente especificado, com definição, estimativas de quantitativos máximos, indicação de quantitativo mínimo por item e fixação do valor máximo da despesa, atendendo às exigências legais aplicáveis à modalidade.

O instrumento convocatório estabelece como critério de julgamento o menor preço por item sobre tabela de preços praticada no mercado, hipótese expressamente admitida pela legislação, além de prever regras para atualização e eventual alteração dos preços registrados, assegurando a preservação do equilíbrio econômico-financeiro da contratação.

Consta, ainda, a formação de cadastro de reserva, com o registro de mais de um fornecedor, observada a ordem de classificação, o que reforça a segurança do fornecimento durante a vigência da ata.



Verifica-se, igualmente, a previsão das hipóteses de cancelamento da ata de registro de preços e de suas consequências, bem como a observância do princípio da não obrigatoriedade de contratação, nos termos do art. 83 da Lei nº 14.133/2021.

Ressalta-se que é obrigatória a divulgação e a manutenção do inteiro teor do edital de licitação e dos seus anexos e do termo de contrato no Portal Nacional de Contratações Públicas e a publicação de extrato do edital no Diário Oficial da União, conforme determinam os **art. 54, caput e §1º, e art. 94 da Lei nº 14.133, de 2021**.

Além de que, após a homologação do processo licitatório, é obrigatória a disponibilização no Portal Nacional de Contratações Públicas (PNCP) dos documentos elaborados na fase preparatória que porventura não tenham integrado o edital e seus anexos, conforme determina o art. 54, §3º, da Lei nº 14.133, de 2021.

3 - CONCLUSÃO

Em face do exposto, e nos limites da análise jurídica, excluídos os aspectos técnicos e o juízo de oportunidade e conveniência do ajuste, esta Procuradoria opina pela possibilidade jurídica de prosseguimento do presente processo de abertura do Processo Licitatório nº 203/2025, uma vez que se encontram preenchidos os requisitos necessários à sua implementação.

Todavia, como medida de aprimoramento, recomenda-se a inclusão, no Termo de Referência, do posicionamento conclusivo acerca da adequação da contratação para o atendimento da necessidade a que se destina, em conformidade com o disposto no art. 18, inciso XIII, da Lei nº 14.133/2021.

Ressalta-se que o presente parecer é emitido no exercício da competência de análise jurídica da futura contratação, não abrangendo, portanto, os demais aspectos envolvidos, tais como os de natureza técnica, mercadológica ou relacionados à conveniência e oportunidade da Administração.

É o parecer.

Cataguases, 29 de janeiro de 2026

Marcella Cristina Andrade Oliveira

Procuradora do Município - OAB/MG 246.001